

DTS2. Desenvolvimento Local e Regional do Turismo;

**ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL NA EMPRESA *SOLIDARIUM* E NO ARRANJO
SOCIOPRODUTIVO DE TURISMO COMUNITÁRIO DO RIO SAGRADO
(MORRETES – PR)**

**Talita Cristina Zechener Lenz¹
Carlos Alberto Cioce Sampaio²
Luzia Neide Coriolano³**

Resumo

A pesquisa realizou-se no Paraná, mais precisamente em uma empresa de comércio justo de Curitiba e na comunidade de Morretes, que desenvolve um projeto de turismo de base comunitária e teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre Turismo Comunitário e Comércio justo. O intenso processo de globalização contraditoriamente faz surgir estruturas horizontais em meio às verticais que são mais solidárias e colaborativas. Assim, paralelo ao turismo globalizado surgem experiências de turismo comunitário, pautado na solidariedade, no comércio justo, e nas organizações comunitárias. Em todo o Brasil emergem experiências de resistência ao modelo de sociedade consumista e de depredação da natureza. É também o caso do Arranjo Socioprodutivo de Turismo Comunitário de Morretes que faz o intenso trabalho de associativismo, cooperativismo e de práticas de comércio justo com práticas de conservação da natureza, em especial voltado ao controle do uso das águas. E da experiência da empresa social *Solidarium* que trabalha com o comércio justo que tem como objetivo combater problemas sociais e beneficiar populações carentes.

Palavras-chave: Arranjo Socioprodutivo, Turismo Comunitário, Desenvolvimento Territorial, Comércio Justo, Sustentabilidade.

¹ Doutoranda do PPG em Geografia/UFSC; Pesquisadora do Núcleo de Políticas Públicas/PPG em Desenvolvimento Regional/FURB.

² Professor dos PPG em Desenvolvimento Regional/FURB, Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Sistemas Costeiros e Oceânicos/UFPR. Pesquisador CNPq.

³ Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia, do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos e Coordenadora do Laboratório de Estudos do Turismo e do Território /UECE; Pesquisadora CNPq.

1 Introdução

A pesquisa tem como objetivo ampliar o entendimento sobre Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária na Microbacia do Rio Sagrado a partir das potencialidades locais e de experiências de comércio justo com base na empresa *Solidarium*, para pensar o desenvolvimento territorial sustentável.

Para desenvolver o estudo e a pesquisa na empresa *Solidarium*, foi realizada entrevista estruturada com o empreendedor responsável pela organização e consultados documentos internos que auxiliam na compreensão do processo de gestão e funcionamento da empresa. Ademais, foram realizadas visitas a alguns grupos assessorados pela *Solidarium* para se conhecer de que forma ocorrem as negociações entre a organização e os grupos de comércio justo.

Para análise do arranjo socioprodutivo de base comunitária do Rio Sagrado, os procedimentos para coleta de dados foram: observações de campo, participação em reuniões comunitárias, entrevistas informais e realização de oficina para discutir o conceito de arranjo e dos trabalhos do grupo, durante o período de março a novembro de 2009. Assim como participação em eventos realizados na comunidade, como as Feiras de Trocas que contribuíram para coleta de informações e dados, sobretudo porque nesses encontros, a comunidade permite interagir e questionar os envolvidos e visitantes.

2 Desenvolvimento territorial sustentável e arranjos socioprodutivos de turismo de base comunitária

O desenvolvimento territorial sustentável é compreendido como uma estratégia de desenvolvimento que privilegia o território, como espaço concreto no qual várias gerações de comunidades viveram, vivem e viverão, pautada nos princípios da sustentabilidade. Diz Coriolano (2011) que a estruturação de atividades econômicas pelas comunidades locais, com manutenção do tradicional e adesão ao moderno, como o turismo, faz-se necessária à sobrevivência de periferias e representa formas de resistência e fortalecimento territorial, a exemplo de organizações comunitárias e

produção de territórios solidários em que predomina a agricultura familiar, pesca artesanal, artesanato e turismo comunitário.

Não é tarefa simples manter a identidade de territórios isolados, rurais e costeiros, afastados da sede de seus municípios, no entanto esses podem estabelecer acordos ou arranjos socioprodutivos para melhor conservar seus modos de vidas. De forma que não estejam necessariamente submetidos à supremacia econômica, mas se identifiquem como desenvolvimento à escala humana, isto é: um desenvolvimento baseado no que o território estabelece como padrão de sua cultura (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006; PECQUER, 2006; SAMPAIO et al., 2010).

Na concepção de comunidades e modos de vida está o conceito de território como espaço concreto da natureza no qual determinada sociedade reivindica e garante aos membros a possibilidade de direitos estáveis de acesso à totalidade ou parte da biodiversidade existente que nela estar ou é capaz de utilizar. O território fornece os meios de subsistência e de produção e, se fundamenta na dinâmica social que o diferencia – modos de vida próprios -, tanto quanto os aspectos físicos que o limitam. Assim, ele é *locus* de sistemas de representações, identidades, símbolos e mitos que populações tradicionais constroem com o que agem sobre o ambiente (DIEGUES, 2000).

Como desdobramento, a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável releva modos de vida urbanos e não urbanos (alternativas aos padrões da sociedade de consumo) e que podem sinalizar aprendizados sobre a sustentabilidade da natureza e da vida humana, mesmo quando estas comunidades são tidas, sob a lógica econômica hegemônica, como modos de vida, de produção e de conhecimento obsoletos. O desenvolvimento territorial sustentável privilegia experimentações, assim como complexidades do cotidiano que superam as contradições inerentes à mudança paradigmática que se deseja - ou na velocidade que se deseja - quando se pensa nas limitações do utilitarismo econômico, sob a lógica da metáfora: privatizam-se lucros de curto prazo e socializam-se prejuízos socioambientais de médio e de longo prazo (SAMPAIO, 2010).

É nesse contexto social que surgem os Arranjos Socioprodutivos de Turismo de Base Comunitária (APLTur.Com), com intuito de enfatizar os aspectos institucionais bem como a participação e envolvimento comunitário na atividade turística. O

APLTur.Com é um microempreendimento compartilhado no qual se vislumbra a possibilidade de superação da competitividade utilitarista econômica e se privilegiam ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação de (SAMPAIO, 2005).

Os APLTur.Com configuram redes de organizações socioprodutivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias ou de socioempreendedorismo individual, que precedem responsabilidade socioambiental. Dentre os principais benefícios obtidos pelo funcionamento destes, pode-se destacar que a valorização das sinergias coletivas através da aglomeração de empreendimentos em torno da atividade do turismo, bem como a relação destas com o meio ambiente, oportuniza o desenvolvimento do arranjo e constitui-se como uma fonte de vantagens competitivas a longo prazo (SAMPAIO; ALVES; ZECHNER, 2008). E para Coriolano (2009) as trocas solidárias se realizam a partir da formação de grupos, o que de certa forma contrapõe a lógica do capital. O que interessa não é lucro e sim a auto-sustentação econômica de sobrevivência da comunidade, que se une e a partir daí produz, consome coletivamente, busca o envolvimento destas trocas, promovendo o desenvolvimento sustentável. A produção do excedente é investida em novas produções locais para a própria geração de emprego e renda. Para a realização destas trocas é utilizado uma moeda social

3.Comércio Justo e Empresas Sociais: o caso da *Solidarium*

Historicamente, diversas organizações produtivas encontram dificuldades para se inserirem no sistema econômico. O movimento do comércio justo surge a partir desta necessidade, buscando ampliar as chances de pequenos produtores marginalizados. Recentemente, tais esforços ultrapassaram a periferia e vem tomando força gradativamente, incorporando princípios e práticas relacionados à temática do desenvolvimento sustentável.

A estrutura de mercado exerce papel de destaque neste contexto, pois com o advento industrial, a utilização de máquinas substitui o trabalho artesanal, desenvolvido por pequenos produtores, tanto para suprir a produção de mercadorias como dos bens agrícolas. Na era industrial, o chamado mercador, ou comerciante, passa a adquirir matéria-prima e contratar mão-de-obra para ele mesmo confeccionar o produto final que será comercializado. Diante disto, uma mesma quantidade que antes diversos pequenos

produtores vendiam, passou a ser comercializada por um só, alterando o processo de acumulação do capital (ASTI, 2007). Neste cenário, os referidos produtores buscaram novas alternativas para se inserirem no mercado, adentrando no processo oferecendo mão-de-obra para os industriais ou em alguns casos, virando comerciantes. Contudo, parte destes sujeitos, encontra dificuldades para se inserirem nesta dinâmica, criando uma camada de produtores marginalizados. Dentre seus objetivos, o comércio justo procura melhorar as condições de produção destes grupos.

De acordo com a IFAT (*International Federations of Alternative Trade*) (2009), o comércio justo é definido como:

uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Que contribui para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados-principalmente do Sul.

O comércio justo estabelece contatos diretos entre produtores e consumidores e evita situações de dependência com atravessadores. Para que seja considerada justa, a relação comercial precisa obedecer a princípios-chave, quais sejam: responsabilidade na gestão da cadeia produtiva e comercial; treinamento e apoio aos produtores, bem como estímulo ao acesso das informações do mercado; pagamento de um preço justo no recebimento dos produtos; produtores organizados democraticamente; valorização e recompensa ao trabalho feminino, ambiente de trabalho seguro e saudável e respeito ao meio ambiente (WFTO, 2009).

Por sua vez, a concepção de empresas sociais surge a partir do trabalho de Yunus. Empresas sociais são organizações que, como qualquer empreendimento convencional oferece bens e serviços e tem a necessidade de ser competitiva e estruturada da maneira mais eficiente possível para enfrentar o mercado. Contudo, diferente das corporações comuns, a empresa social se diferencia pela extensão de suas preocupações centrais, tendo como objetivo proporcionar benefícios para as comunidades envolvidas. Neste limiar, embora a lucratividade seja um dos objetivos destas organizações, tal finalidade não é exclusividade. Ou seja, enquanto nas empresas privadas os dividendos são distribuídos entre os acionistas, os lucros da empresa social

são também reinvestidos no desenvolvimento dos próprios bens e serviços da companhia (YUNUS, 2003).

Assim, pautada no movimento do Comércio Justo e inspirada pela concepção de empresas sociais, surge a *Solidarium* - organização sediada em Curitiba – PR, que se propõe a articular parcerias e acordos comerciais para desenvolver, fortalecer e ampliar uma rede de grupos produtores, localizados em comunidades de baixa renda. Além de fomentar a criação de uma cadeia justa e sustentável, a *Solidarium* dissemina os princípios do comércio justo, valendo-se de campanhas de comunicação interativas, educativas e integradas, conectando grupos produtores e consumidores nas esferas nacional e internacional.

Conforme relatado em entrevista com o gestor da organização e com base nos documentos internos da organização, a *Solidarium* possui como missão “promover de forma inovadora a comercialização de produtos sociais comunitários gerando trabalho, renda e desenvolvimento local”. A realização do trabalho envolve grupos produtivos e micro empreendimentos coletivos localizados em comunidades de baixa renda em zonas urbanas e rurais no Estado do Paraná. Além destes, fazem parte do programa outras comunidades situadas no Estado de São Paulo e possuem a perspectiva de ampliar as comunidades atendidas.

A *Solidarium* trabalha com grupos heterogêneos, envolvendo equipes de produtores em fase incipiente, os quais costumam caracterizar-se por uma liderança pouco definida, limitação de infraestrutura produtiva, poucas horas semanais disponíveis para a produção, ausência de foco de produção, dificuldades de comercialização, pouco tempo de existência e limitado ou nenhum conhecimento na área de gestão. Contam ainda com grupos bem estruturados, os quais apresentam um estilo de liderança já definido, número de membros constantes, presença de infraestrutura produtiva, linha de produtos definida e alguns clientes fixos. Ou seja, existem variadas combinações e características nos grupos. Observa-se que ao longo da realização dos trabalhos junto a *Solidarium* os grupos vão aprimorando a estrutura do empreendimento.

Como metodologia de trabalho a *Solidarium* adota critérios de fornecimento para os grupos inspirados nos princípios de comércio justo, merecendo destaque a

transparência e adequada prestação de contas, para que se estabeleça uma relação comercial de credibilidade entre a *Solidarium*, os produtores e os clientes. Além disso, incentiva à capacitação e desenvolvimento dos produtores, estimula a independência dos grupos apoiados, mediante parcerias que buscam proporcionar qualificação na área de gestão para ampliar o acesso a novos mercados além de aprimorar os processos de gestão do próprio grupo. Ainda neste sentido, o gestor da organização ressalta que esta ação é importante no sentido de evitar que a *Solidarium* seja o canal de comercialização exclusivo do grupo, para que seja evitada a dependência.

No âmbito das relações comerciais, a *Solidarium* estabelece a Regra dos 50%, embasada em uma equação simples: todos os produtos comercializados pela organização são multiplicados pelo chamado Fator Sustentabilidade (*Markup*) que pode variar de 1,30 a 2,0 vezes o custo repassado pelo produtor, dependendo do canal a ser comercializado o produto e os custos inerentes ao processo. Desta forma, a título de ilustração, todo R\$ 1,00 gasto por um cliente na *Solidarium*, no mínimo, 50% é diretamente direcionado ao grupo que confeccionou o produto.

4 Arranjo Socioprodutivo do Turismo Comunitário: um olhar sobre a experiência do Rio Sagrado

Esse arranjo localiza-se na Microbacia do Rio Sagrado, no município de Morretes, a 65 km de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. Agrega comunidades que estão organizadas nas associações: Associação de Moradores do Rio Sagrado (AMORISA), Associação Comunitária Candonga. Tem a primeira associação entre outras finalidades a da gestão da água. A segunda associação tem como finalidade diferencial a agroindustrialização de produtos *in natura* na sede (ZECHNER, 2007).

Alves (2008) afirma que as comunidades de Morretes são formadas por propriedades rurais, das quais algumas funcionam como pequenas produtoras agrícolas e outras como segunda residência (chácaras e sítios).

A Associação Comunitária Candonga surge no início de 1996, incentivada pelo programa de governo denominado “Paraná 12 Meses”. Conforme elucidada Alves (2008), com o objetivo de agregar renda aos escassos ganhos econômicos dos membros comunitários. A associação busca solução aos problemas locais, sobretudo, quanto à

geração de trabalho e renda. Destaca que a participações de extensionistas, técnicos e engenheiros agrônomos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) foram fundamentais para a consolidação da organização.

Nas dependências da associação funciona a Cozinha Comunitária que representa a principal atividade da associação. A referida cozinha preocupa-se em defender os interesses dos associados, relacionados à produção, beneficiamento, transformação, industrialização e comercialização de produtos agrícolas. Além disso, oferece suporte na comercialização dos produtos, sejam estes *in natura*, beneficiados, transformados e/ou industrializados, inscrevendo-se nos órgãos específicos, emitindo e controlando documentação jurídica, sanitária, ambiental, fiscal, tributária e trabalhista (ALVES, 2008).

Parte importante do suporte oferecido pela associação, diz respeito aos cursos e qualificações ofertados aos associados, incluindo boas práticas de manipulação de alimentos, geleias, balas, compotas, conservas, pães, bolos entre outros. Os cursos acontecem através de celebração de convênios e parcerias com órgãos públicos e entidades privadas. Outro micro empreendimento compartilhado que atua no arranjo do Rio Sagrado é a ARTRISA – Artesões do Rio Sagrado. Criada em junho de 2009, organização que confecciona e comercializa peças decorativas como luminárias, abajures, revisteiros e porta-canetas elaboradas em bases de metal revestidas pela fibra da bananeira. A organização surge a partir do trabalho da Aliança Empreendedora e conta com cinco membros. Estes se encontram periodicamente na sede da Cozinha Comunitária para a realização das reuniões e a confecção das peças acontece nas residências das artesãs e o tratamento das estruturas de metal, na oficina (latoaria) de um dos membros.

Os micros empreendimentos individuais que participam do Arranjo do Rio Sagrado são a hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado, o engenho de farinha e café e o engenho de cachaça “Cachaças Colibri”, ademais dos socioempreendedores ou unidades familiares, como artesões. A hospedaria desempenha importante papel no arranjo por oferecer acomodação e alimentação aos visitantes e por dispor de ampla área denominada “espaço de convivencialidade”, no qual são ofertadas atividades de turismo comunitário, tais quais: demonstração de confecção de peças artesanais elaboradas com cipó imbé e com fibras de bananeira e fogueira com roda de viola.

Uma família disponibiliza nos fundos de sua residência um antigo engenho, herança de família, para fabricação de sub-produtos da mandioca, além da realização de vivências de produção artesanal de farinha de mandioca e do preparo pó de café. Os visitantes são convidados a conhecer este processo, desde a extração da mandioca da terra até a degustação de bolinhos de aipim e biju. Todas as fases de manejo da raiz, até a transformação em alimento são apresentadas. A vivência é interativa, sendo que a proprietária convida alguns dos turistas a arrancar o pé e aipim e ajudar em outros procedimentos. De forma semelhante é demonstrado o processo de elaboração artesanal do café. Os visitantes conhecem as características do pé de café e tomam conhecimento de todos os passos que antecedem a degustação da bebida, tais como secagem, separação e socar os grãos no pilão.

O empreendimento Cachaças Colibri, de propriedade do senhor Helmut, além de comercializar cachaças e licores, realiza uma visita apresentando o processo de elaboração das bebidas, desde o moer da cana até o engarrafamento. Ao findar das explanações, os visitantes têm a oportunidade de desfrutar de uma degustação, conhecendo a típica cachaça de banana e o licor de canela, entre outros.

5 Interfaces, Interrelações e Aprendizados

As experiências estudadas apresentam semelhanças e interfaces, sobretudo quanto aos aspectos relacionados ao território e aos processos de tomada de decisão participativos, além de orientarem-se pelos pressupostos da sustentabilidade. Os aprendizados que a empresa social *Solidarium* oferece com base na experiência empreendida, contribuem para o trabalho que vem sendo desenvolvido no Arranjo socioprodutivo comunitário.

Aponta-se a necessidade de organizar o trabalho dos grupos com relativo nível de profissionalismo (sem, no entanto perder suas características próprias de economia comunitária). Embora a realidade dos grupos de produtores seja bastante distinta daquela vivenciada em empresas formais, alguns comportamentos e procedimentos são indispensáveis para que se estrutrem unidades produtivas viáveis. Dentre as competências requeridas, a capacidade de controle costuma conferir diferenciação entre os grupos. No geral, os artefatos produzidos apresentam qualidade

suficiente para que se busquem mercados para os mesmos. Contudo, a dificuldade frequentemente reportada pela *Solidarium* relaciona-se com a falta de capacidade de cumprir com os compromissos firmados, no tocante a produção.

Ficou aparente que a produção dos grupos precisa estar em consonância com as tendências de mercado, pois embora a produção artesanal seja dotada de um importante valor agregado, esta não é uma característica suficiente para assegurar as vendas dos produtos. Frente a um mercado competitivo, a economia comunitária precisa realizar alguns esforços para compreender as demandas por parte da economia tradicionais, tais como: aperfeiçoamentos contínuos nos acabamentos; ênfase no desenvolvimento de peças funcionais, como revisteiros, jogos americanos, aventais entre outros; no caso de alimentos - como geleias e compotas, comercialização em embalagens pequenas (considerando o mercado dos solteiros e das famílias pequenas) e acompanhamento das cores e estampas em evidência.

A experiência da *Solidarium* quanto à instalação de quiosques ou ilhas, em meio aos supermercados, no qual alguns membros dos produtores ficam presentes para mostrar especificidades dos artefatos e do modo de produção dos mesmos, além de algumas vezes distribuir material informativo, confere credibilidade a esta estratégia de vendas. Ou seja, de maneira semelhante a que ocorre nas vivências de turismo comunitário, a possibilidade de demonstrar o valor agregado existente nas peças confeccionadas de maneira tradicional, é um bom chamariz para o produto. A utilização de selos que reconheçam os processos envolvidos na produção, a origem dos bens e que apresentem transparência quanto aos percentuais destinados a cada ator envolvido na transação comercial, são um ponto forte da metodologia de comercialização da *Solidarium*. O arranjo do Rio Sagrado possui um selo que identifica seus produtos.

Este selo tem a intenção de remeter ao território do Rio Sagrado e pretende-se que futuramente, sejam incorporados nele indicadores socioambientais. O cálculo deste tipo de indicador considera os custos com energia elétrica, água e insumos para produção e cria um índice que pretende sinalizar o quão sustentável é ou não cada produto. Com esta informação almeja-se inserir no rótulo, de maneira semelhante aos quadros com informações nutricionais, indicadores de produtos ecologicamente e socialmente responsáveis.

O trabalho da *Solidarium* demonstra consolidação de estratégias que visam conjugar economia de mercado e economia comunitária como alternativa rumo ao desenvolvimento territorial sustentável. A economia de mercado tradicional assume importância vital no sistema capitalista vigente e lutar contra essa força, como fazem algumas correntes mais radicais parece não ser o caminho mais exitoso. No entanto estes movimentos chamam atenção para as disparidades do sistema, quando não de suas limitações. O crescente número de organizações que discutem e colocam em prática ações de responsabilidade socioambiental sinalizam que existe um interesse por parte do mercado em absorver demandas ambientais e sociais. Para que seja possível organizar uma proposta como a da *Solidarium*, que se projete como um modelo híbrido de economia de mercado tradicional e economia comunitária é necessário se pensar em uma proposta de médio e longo prazo.

6 Considerações Finais

Com relação à sustentabilidade, o trabalho da *Solidarium* estabelece interfaces, sobretudo com as dimensões sociais e econômicas deste fenômeno, ao incentivar que grupos de produtores marginalizados adentrem no sistema econômico para que possa melhorar suas condições de suprir suas necessidades humanas. Quanto à dimensão ecológica da sustentabilidade, a *Solidarium* manifesta preocupação com a utilização de insumos sustentáveis. Contudo, foi relatado que embora este seja um critério desejável, não se trata de um aspecto excludente. Indagado sobre o assunto, o empreendedor mencionou que em alguns casos são tolerados bens, cujos insumos não sejam sustentáveis. Explica o mesmo que a organização tem interesse em atrair o produtor, inserir os mesmos nos processos, ampliar seu nível de renda e posteriormente, mediante acompanhamento e qualificações, discutir e recomendar a utilização de outros materiais, com qualidade ambiental superior. Ou seja, para a organização, há o entendimento de que: “precisamos nos aproximar dos produtores, conhecer sua realidade e compreender os fatores de resistência para o utilização de determinados materiais. Diferentes elementos podem estar em questão, tais como custos e habilidade em manipular o mesmo. Por isso, trata-se de um processo gradual, e na medida em que

os laços de confiança e parceria são estabelecidos, as sugestões tendem a ser mais facilmente incorporadas”.

Verifica-se que no âmbito teórico, almeja-se que as dimensões da sustentabilidade sejam concomitantemente alcançadas. Contudo, na prática visualiza-se que em algumas experiências, inicialmente, privilegia-se a esfera econômica e social, isto é, objetivam-se proporcionar meios para o atendimento as necessidades básicas. Posteriormente, outros elementos norteadores são incorporados aos poucos pelos produtores.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. IN: VIEIRA, Paulo Freire et al. *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*. Florianópolis: APED, 2010.

CARRIÈRE, J. P. e CAZELLA, A. A.. Abordagem Introdutória ao conceito de desenvolvimento território. *Eisforia (UFSC)*, Florianópolis, v.4, n. especial, p. 13-36, dez., 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide . Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e cenários em Mudança. Fortaleza: EDUECE, 2009.

CORIOLOANO, Luzia Neide, BARBOSA, Lucianan, Maciel. Rede de Territórios Solidários e Turismo de Base Local no Ceará – Brasil. Costa Rica, Encontro Latino Americano de Geógrafos, 2011.

DIEGUES, A. C. S.. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira. USP: 2000.

GEERTZ, C.. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

PECQUER, B.. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, Florianópolis, v.1, n.1, p. 135-154, 2006.

SAMPAIO, C. A. C., LESAMA, M. F.; ARAÚJO, J. A., CEBERIO, I.. Acuerdo socioproductivo y político de base territorial, ecológicamente sustentable y solidaria: posibilidades al desarrollo del litoral paranaense. IN: VIII BIENAL DEL COLOQUIO DE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES (COMITÉ DE DESARROLLO REGIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES DEL GRUPO MONTEVIDEO. *Anales ...*, Buenos Aires (Argentina), 2010.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Blumenau: EDIFIRB, 2010.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; ZECHNER, T. C.. O papel do turismo no arranjo socioproductivo de base comunitária da microbacia do Rio Sagrado. *Revista Dynamis*. Blumenau – SC, v. 1, p. 34-42, 2008.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo como fenômeno humano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.